

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA**

RICARDO TADEU DE SOUZA

**Dificuldades na consolidação da Lei 10.639/2003 - Um olhar sobre a realidade de duas
escolas**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Faculdade de Educação - FAE
Especialização em Políticas de Promoção de Igualdade Racial na Escola 2016

Ricardo Tadeu de Souza

Dificuldades na consolidação da Lei 10.639/2003 - Um olhar sobre a realidade de duas escolas

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Patrícia Maria de Souza Santana

Belo Horizonte/MG
Março/2016

Ricardo Tadeu de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Patrícia Maria de Souza
Santana

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Maria de Souza Santana – Faculdade de Educação da UFMG

Marcilene da Silva – Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG

Dedico a minha irmã Patrícia pela inserção na luta, generosidade e apoio.

“No imaginário social brasileiro há “um lugar para o negro” e “um lugar para o branco”.
SOUZA, Andréa Alcione. P. 52.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões em torno das dificuldades de consolidação da Lei 10639/03 no interior das escolas públicas. Para tais reflexões, parto de minhas observações e vivências enquanto homem negro e professor de uma escola pública estadual e gestor de uma escola pública municipal de Contagem – MG. Procurei apresentar minhas observações do cotidiano escolar a luz das relações étnico-raciais e dialogando com alguns autores que tratam das questões da identidade negra, racismo e desigualdades raciais no Brasil. Compreendo que as dificuldades na implementação da Lei estão associadas, ainda, às formas como as pessoas percebem o racismo na sociedade brasileira, ou seja, ainda ancorada no mito da democracia racial. Aliado a isso também existe uma acomodação por parte dos profissionais da educação que não promovem ações efetivas de inserção da temática afro-brasileira nos currículos e apresentam como possibilidade de cumprimento da lei o que chamo de “pedagogia de eventos”. São realizadas ações pontuais em determinadas datas e isso já é considerado suficiente para muitas escolas. No final do texto apresento algumas possibilidades de ações para a real implementação da lei nas escolas em que atuo.

Palavras chaves: Educação – Relações Étnico-Raciais – Mito da Democracia Racial – Atuação de professores

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	7
2- MINHAS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIA COM O RACISMO E RELAÇÕES SOCIAIS.....	11
3- REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA- DIALOGANDO COM ALGUNS ALUTORES	15
4- ELECANDO ALGUMAS DIFICULDADES DA ESCOLA NO TRATO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL	18
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

A história da população negra no Brasil é marcada por lutas e resistências. E nesse sentido é fundamental que se conheça as relações estabelecidas no decorrer dessa história, para reconhecimento, valorização e respeito, da cultura africana e afro-brasileira. É importante conhecer e valorizar nossas origens e perceber a contribuição histórica dos grupos étnicos dentre eles, os indígenas, os europeus, os asiáticos, e principalmente os africanos. Damos ênfase aqui aos povos africanos, uma vez que nosso modelo educacional privilegiou a cultura europeia em detrimento da indígena e africana.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana/2004 - DCNERE

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia, por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (p. 91).

As discussões sobre as questões étnico-raciais, na conjuntura atual, são de grande relevância, sobretudo no nosso fazer pedagógico. No entanto, não é simples trabalhar com as questões étnico-raciais no espaço escolar, visto que muitos educadores acreditam, verdadeiramente, que vivemos em uma democracia racial. De acordo com Silvério e Almeida de Souza (2010)

A ideologia da democracia racial encobre como a aparência define o lugar dos sujeitos, e dos grupos, no interior da sociedade brasileira, ou seja, esses são classificados, hierarquizados e definidos através das marcas dos seus corpos e ideais instituídos socialmente segundo padrões e normas instituídas por meio das várias mídias (p. 116).

Considero que é necessário trabalhar com a ERER (Educação das Relações Étnico-Raciais) na escola, mas de qual maneira? Como começar?

No enfrentamento das dificuldades, de envolver toda a comunidade escolar, no debate sobre as relações étnicas e raciais, é preciso estudar e discutir a temática na escola, fazendo uso de bibliografias de autores que desmistifiquem o conceito da democracia racial, com dados

estatísticos que apontam a exclusão do negro na sociedade brasileira e leis que procuram reverter às desigualdades raciais existentes no país. Para tanto, é necessário que a gestão escolar estabeleça momentos específicos para esses estudos, a fim de proporcionar melhor entendimento da temática a toda comunidade escolar.

Acrescentando a essa situação, precisamos tornar conhecida a Lei 10639/03¹, no espaço escolar. Observamos que muitos educadores desconhecem o teor da lei e a necessidade urgente de implementá-la. É preciso que haja esclarecimentos à comunidade escolar sobre as mudanças ocorridas na educação, a partir da aprovação dessa lei e que é necessário um investimento de todos os setores envolvidos com a educação. Outro fator preponderante é que, questões relacionadas à diversidade, às diferenças, ao respeito e ao multiculturalismo devem fazer parte do projeto político pedagógico da escola, tornando um projeto institucional e não apenas de um ou poucos professores de boa vontade.

As DCNERER estabelecem como dimensões educativas o reconhecimento, a valorização, o respeito e a contribuição da população negra, da cultura africana e dos seus descendentes para o desenvolvimento brasileiro. Constata-se que os o parâmetros legais e institucionais estão todos definidos, mas ainda falta muito para que a educação para as relações étnico-raciais se efetive, se concretize, se torne componente curricular e realmente faça valer o que predispõe o que está escrito. Não basta ter um texto ou uma legislação que contemple tudo o que é necessário para que a EREER seja colocada em prática, essa precisa sair do papel. O texto da Lei 10.639/2003 fala da obrigatoriedade de sua aplicação. Porque ainda não foi aplicada? Ou se foi, muito isoladamente. Já se passaram 13 (treze) anos desde sua promulgação. O que foi feito até agora? O que é necessário para a aplicabilidade da Lei 10.639 se torne realidade? As Diretrizes Curriculares Nacionais, assim como a Lei 10.639 servem somente para reconhecer teoricamente mas como praticar a valorização e respeito a toda a história de um povo que foi subjugado e ainda é discriminado na sociedade brasileira?

De acordo com Silva (2014) para a construção da EREER precisamos percorrer um caminho de luta para que, tudo o que já foi conquistado seja colocado em prática em todas as escolas do

¹ As Leis 10.639/03 e 11.645/08 alteram a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e no **Art. 26-A** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

país. É necessária a articulação de setores educacionais, políticos e movimentos sociais, sem desconsiderar que em alguns casos será necessário acionar o poder judiciário para auxiliar no cumprimento da lei como ocorreu em algumas localidades do país.

Nas escolas em que atuo, percebo ainda muita resistência de alguns professores e professoras para tratar da educação para as relações étnico-raciais, observo que este fato é fruto da formação deficiente em relação à temática. Talvez, por isso, a Lei 10.639 não tenha saído do papel em muitas instituições. De acordo com pesquisa realizada por Jesus e Miranda (2012)

Das Secretarias de Educação que declararam adotar medidas de desenvolvimento da educação para as relações étnico-raciais, 56% indicaram apenas uma medida. No conjunto das respostas observou-se a prevalência de dois tipos de medidas: a celebração anual do Dia da Consciência Negra (11) e a organização de equipes com funções específicas para lidar com a temática (24).

São muitos os entraves, questões políticas, falta de articulação entre os órgãos que tratam da educação em nosso país, articulação esta também deficiente entre a academia e o "chão da escola", terminando em muitos casos no que chamamos de pedagogia dos eventos, ou seja, as questões étnico-raciais são tratadas nas escolas apenas nas datas comemorativas como o 13 de maio e o 20 de novembro.

Introduzir o tema nos ambientes escolares não é uma tarefa simples, se inicia pela pouca formação da maioria dos professores e demais profissionais e perpassa pela necessidade de sensibilização, visto que não basta ter o conhecimento, é necessário haver o reconhecimento da relevância de se trabalhar o tema e da compreensão do coletivo para valorizar a cultura afro-brasileira que construiu o nosso país e, que, independente de nossa origem étnica, essa cultura é assimilada e vivenciada pelo povo brasileiro. Reconhecer significa aceitar uma de nossas raízes que é rejeitada, negada, e que seus representantes diretos, os descendentes de africanos, são vistos, há cinco séculos sob a ótica preconceituosa, além de serem diariamente discriminadas.

Na prática pedagógica percebemos este fato ao constatar que em muitas escolas as relações étnico-raciais são abordadas de maneira estigmatizada, sem compromisso com a história da população negra no Brasil. No cotidiano escolar encontra-se muita resistência por parte do corpo docente, muito em função da falta de formação em relação as relações étnico-raciais, como também, por parte da equipe gestora que perpetua essa pedagogia dos eventos relacionados a população negra, ou seja, o samba, a culinária, a dança, a estética, o exótico

predomina como abordagem e não tendo destaque a importância da população negra para a construção do país, bem como a contribuição africana para a nossa formação histórica e cultural.

A escola necessita buscar meios e propostas que considerem a importância da dimensão cultural na vida dos diferentes sujeitos presentes nela. Precisa vencer a resistência quanto à inclusão de temáticas da diversidade em todos os aspectos nas abordagens educacionais. É necessário que a escola dialogue com a comunidade em que está inserida em sua dimensão cultural, social e política. Considerar a comunidade na proposição de formas e alternativas de trabalho para a superação do racismo e da discriminação racial presentes nas diversas camadas sociais é reconhecer que essa tarefa é uma construção coletiva.

Os trabalhos direcionados à EREER não devem ser restritos a homenagens, datas e comemorações. É preciso fazer parte do currículo escolar de forma constante e permanente, ao longo de todos os anos, realizando trabalhos em todas as disciplinas desde a primeira infância. Para que isso aconteça é necessário haver o envolvimento de toda a instituição escolar com destaque especial para a gestão. Uma gestão escolar comprometida com os valores éticos, ciente de sua responsabilidade frente à superação das desigualdades raciais, garante condições para que o trabalho se efetive. Para isso é necessário promover momentos de formação na escola, apoiar projetos propostos pelos profissionais da escola, disponibilizar recursos financeiros para a compra de materiais didáticos pedagógicos pertinentes ao tema.

Ao tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país, cresce a necessidade de validar a Lei 10.639/03 e suas diretrizes em todo país. Dessa forma, temos um papel preponderante de promover posturas de eliminação das discriminações e a favor de criação de diálogos de elaboração de uma pedagogia de combate ao racismo e às discriminações de quaisquer natureza.

Segundo Arroyo (2009)

O ser humano realiza aprendizagens de naturezas diversas durante toda a vida. O que o ser humano aprende está, primeiramente ligado à sua sobrevivência e à da espécie; o que inclui tanto o desenvolvimento biológico como as conquistas culturais (...), a direção que tomará seu desenvolvimento é função do meio em que nasce das práticas culturais, das instituições de que participa e das possibilidades de acesso às informações que existem em seu contexto (p. 69).

Nessa perspectiva, a escola torna-se responsável pela formação de valores e deve ser um espaço propício para a construção de formas variadas de expressões culturais. Deve sim, procurar articulações conjuntas com grupos culturais, associações e demais organizações da comunidade, promover debates com movimentos e grupos sociais, a fim de construir ações que visem à superação de qualquer tipo de discriminação no interior da escola e ainda promova ações para a igualdade racial.

Pretendo com esse texto apresentar as dificuldades para implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas em que atuo na rede pública estadual e do município de Contagem. Para tanto partirei da minha experiência enquanto gestor (vice-diretor) e professor na Escola Municipal Vereador Benedito Batista de Ensino Fundamental e na Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage de Ensino Médio.

2- MINHAS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIA COM O RACISMO E RELAÇÕES SOCIAIS

Ao longo da minha vida, sempre tive o sentimento da existência do racismo no Brasil. O racismo à brasileira, disfarçado, na privacidade das falas, discursos, atitudes e com demonstrações de que o negro tem sua presença já demarcada na sociedade brasileira, ou seja, nos estratos inferiores. O mito da democracia racial nunca me convenceu. Os brancos em sua maioria se sentem superiores até de forma imperceptível.

Uma das situações que mais me entristece, desde a infância, é quando as pessoas para descrever um negro ou uma negra, sempre utilizam adjetivos que negam sua identidade, tais como: “moreno”, “mulatinho”, “roxinho”, “escurinho”, “cor de jambo”, “queimadinho de sol”, “chocolate” etc. Parece que se falarmos simplesmente que a pessoa é negra estaria a ofendendo. Esses subterfúgios na linguagem, demonstram dificuldades dos brasileiros de reconhecer o racismo e abordar a questão racial em nossa sociedade. Ela está sempre escamoteada.

Negar a identidade negra no Brasil é habitual nas relações sociais e tal fato de certa forma mantêm os negros e as negras em situações de desigualdade. Criar termos pejorativos para

descrever o indivíduo negro apenas reforça a existência do racismo e do preconceito racial na sociedade brasileira e configura o chamado racismo cordial.

Outro elemento da minha vivência é a presença da mestiçagem no Brasil, minha família é fruto desse processo. Muitas vezes, nas famílias, a ideologia do branqueamento está presente, dificultando os processos de afirmação de uma identidade negra. Eu e as crianças negras da minha época sofriamos com o embranquecimento cultural e estético, pois o padrão de beleza vigente, sempre foi o europeu. Esse processo ainda é perverso, cruel e desumano para as crianças, adolescentes e jovens negros.

De acordo com Reis (2007) o processo de mestiçagem levou a algumas situações no interior das famílias que colaboraram com o ideal de branqueamento do povo brasileiro:

Famílias de bastardos e mestiços, com bom cabedal, promoveram bons casamentos de filhos e filhas com brancos e brancas pobres ou remediados e, no final de algumas gerações, se transformaram e famílias “brancas”. E passaram a cultivar o orgulho branco. (p. 85)

Os mestiços através desse processo de branqueamento desejavam um tratamento igual ao dos brancos, no entanto, no plano social ainda eram considerados negros “e conseqüentemente, inferiores” (MUNANGA, 1986:6).

Em minha trajetória escolar observava que a escola pública era prioritariamente branca nas décadas de 1970 e 1980, dada à exclusão e a indisponibilidade de vagas para os mais pobres e conseqüentemente os negros, demonstrando a desigualdade racial. Apesar de atualmente ocorrer a quase universalização do Ensino Fundamental, observo que no ensino médio o acesso não é tão amplo e ainda persistem os processos de evasão escolar que possivelmente atinge os negros e os mais pobres. Os estudantes negros vão evadindo ao longo do curso. Essa evasão pode ser provocada por vários fatores, inclusive pela discriminação racial intra e extra escolar.

De acordo como o Relatório Educação para todos no Brasil (2014) no Brasil sobre o acesso ao ensino fundamental:

Enquanto a taxa de frequência da população branca cresce de 97,3% para 98,7% no período 2004 – 2012, o crescimento da população preta/parda foi de 95,2% para 98,0%. Merece destaque também o aumento da frequência dos indígenas, que foi de 87,1% para 95,0% no mesmo período (p.29).

Quanto ao ensino médio

Os dados também mostram uma grande diferença entre jovens que se declaram brancos e os que se declaram negros: 20 pontos percentuais. Entre os brancos, a taxa de conclusão do Fundamental aos 16 anos é de 81%, enquanto a do Médio (aos 19) é de 65,2%. Entre os negros, esses índices são de, respectivamente, 60% e 45%. Comparando brancos e pardos, a diferença chega a 14,9 pontos percentuais no Fundamental e a 19 pontos, no Médio (p.33)².

Atualmente constata-se que a maioria da população brasileira é negra, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE de 2014, o número de pessoas que se declara de cor preta ou parda soma 53,6% do total da população brasileira. No entanto, continuamos a ter um processo de exclusão, que se dá desde o fim da escravidão no Brasil. Tal processo manteve a população negra em sua grande maioria, marginalizada e impossibilitada de conseguir ascensão social.

A luta do Movimento Negro contra o racismo e a discriminação racial no país, de forma institucionalizada ou não, colocaram em prática as políticas de ações afirmativas. E a Lei 10.639/03 pode ser considerada um exemplo de tal política.

Promover, debater, discutir, colocar em evidência a questão étnico-racial no Brasil sempre foi um desafio nas relações sociais, mas, principalmente nos espaços escolares. A negação do racismo e o mito da democracia racial contribuem para a dificuldade de consolidar e aplicar a Lei 10.639/2003 em toda rede de ensino no país. Ao não tratar das temáticas previstas pela lei, muitos profissionais da educação, acabam por contribuir para a perpetuação do imaginário negativo com relação à população negra.

Em minha prática pedagógica sempre procurei desvincular o continente africano da pobreza e da miséria como é habitualmente abordado nos currículos escolares das redes de ensino. Abordando todo histórico de ocupação, colonização, exploração e da diáspora como foco em minhas aulas. Além de toda riqueza natural e cultural existente em África, destaco a importância do negro para a construção da sociedade brasileira. O rompimento com a

² (<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/32163/apenas-543-dos-jovens-concluem-o-ensino-medio-ate-os-19-anos/>).

pedagogia dos eventos relacionada à temática étnico-racial nas escolas, também é um dos meus principais objetivos. Chamo a pedagogia dos eventos, quando a temática étnico-racial é tratada apenas nas datas comemorativas relacionadas à população negra, como se a questão se esgotasse nestas datas. Apesar dos materiais didáticos disponíveis nas escolas em que atuo não oferecerem muitas alternativas, procuro desenvolver novas formas de tratar a questão étnico-racial na sala de aula, utilizando filmes, documentários, pequenos textos, notícias, debates e relatos dos alunos.

Através das atividades desenvolvidas ao longo do curso e observando detidamente o cotidiano das escolas em que trabalho, constatei que ainda está presente nas instituições a existência de um padrão de beleza europeu que destrói a identidade das crianças negras, sendo que esta é desconstruída na medida em que estabelece que “o branco é bonito” e “o negro é feio”.

Recentemente propus para os alunos do 3º ano do ensino médio, discutir a existência do racismo e do preconceito racial no Brasil, como também que identificassem quem é o indivíduo pardo, quem é esse sujeito? O debate foi enriquecedor no sentido de ouvir os estudantes sobre a questão étnico-racial e perceber que a temática precisa e deve ser trabalhada constantemente nas salas de aula do país inteiro. Os jovens percebem a existência do racismo e do preconceito racial, mas alguns se confundem ao considerar a questão como apenas preconceito social, banalizam os apelidos pejorativos relacionados aos negros e acham até que existe racismo reverso.

Quanto às questões do indivíduo pardo, os estudantes consideram todos aqueles que são frutos da miscigenação que aconteceu e acontece no país. O curioso é que grande parte dos que se auto definem como pardos, se identificam mais como negros do que como brancos. Demonstrando que existe um movimento de afirmação da identidade negra entre os jovens apesar das inúmeras contradições em suas falas.

Procuro também enfatizar e apresentar outras culturas como nos Estados Unidos e na África do Sul, em que a população negra enfrentou o racismo institucionalizado e ainda, avançou muito na melhoria de sua qualidade de vida em comparação com a do Brasil. Essa discussão foi abordada após a exibição de filmes relacionados a história dos negros nos dois países. “É através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história”. (Munanga, 1986: 23).

Apresentar a história da África, as raízes dos descendentes dos africanos, sua contribuição para a construção do Brasil, desmistificar a democracia racial, lutar por uma educação antirracista nas escolas, quebrar o paradigma da pedagogia dos eventos, valorizar e recriar a identidade das crianças e jovens negros, respeitar a cultura e as religiões de matriz africana, consolidar e aprimorar as conquistas das políticas afirmativas, tudo isso poderemos fazer partindo do pressuposto de que é possível avançar e consolidar para uma educação que promova a igualdade racial.

Com as atividades realizadas com os jovens e adolescentes percebi que podemos avançar no debate sobre as relações étnico-raciais e também para construir possibilidades para a promoção da igualdade racial dentro da escola. É necessária uma mudança no currículo e nas práticas pedagógicas. Esse é o caminho a seguir para a construção de uma sociedade mais tolerante, que respeita as diferenças, valoriza suas raízes, consolidada em uma educação efetivamente antirracista.

3- REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA- DIALOGANDO COM ALGUNS ALUTORES

A escravização do povo negro por um longo período no Brasil contribuiu para que essa população sempre fosse discriminada e os brancos privilegiados. Tal fato provoca a marginalização da população negra, seja através do racismo institucionalizado, como também nas relações sociais cotidianas. Como bem alerta Munanga (data)

A desvalorização do negro colonizado não se limitará apenas a esse racismo doutrinal, transparente, congelado em ideias, à primeira vista quase sem paixão. Além da teoria existe a prática, pois o colonialista é um homem de ação que tira partido da experiência. Vive-se o preconceito cotidianamente (p.20).

Consta-se que o histórico de racismo e opressão conduz os negros e as negras em sua maioria, a ocupar postos de trabalho que exigem pouca qualificação e ofereçam baixa remuneração. Esta realidade joga por terra o mito da democracia racial brasileira, tão em voga em discursos e atitudes, mas que na verdade é intrínseco na sociedade brasileira. Os lugares e as atividades que os negros e as negras ocuparam historicamente e ainda ocupam são lugares de

subalternidade. Apesar dos significativos avanços que vêm contribuindo para certa mobilidade de alguns setores da população negra³.

O mito da democracia racial, que considera haver uma harmonia entre as raças no Brasil, está enraizado na cultura brasileira e promove a negação do racismo dificultando o combate às desigualdades raciais e ascensão social da população negra no país bem como a implementação de leis de reversão do racismo e de promoção da igualdade racial. De acordo com Reis (2007):

O racismo então, permanece um fenômeno arraigado na sociedade brasileira. E não se trata de fenômeno episódico – como seriam os escândalos de discriminação hoje prontamente denunciados pela imprensa, mas estrutural, por se poder traduzi-lo por meio dos números que medem o padrão de vida e o tratamento recebido pelos poderes públicos. Nós não temos segregação legal nem linchamentos organizados, como acontecia em outros países multirraciais – o nosso racismo já foi até chamado de “cordial” pelo Data Folha (Racismo Cordial, 1995) -, mas o resultado final não é menos perverso. A imensa maioria negra permanece “em seu lugar”. (Brasil: 500 anos de povoamento/IBGE (p. 96).

Ainda de acordo com Reis (200&)

A população livre de “de cor” chegou a constituir sobretudo os afro-mestiços, parcelas substantivas das camadas urbanas. Nas cidades ela ocupava vários importantes setores da estrutura de trabalho, era a mão de obra qualificada – os chamados “oficiais mecânicos” – e aos poucos forçou sua entrada em ambientes que constituíam em espaços exclusivamente brancos, como eram as profissões liberais. Muitos foram os mulatos que ao longo do Século XIX alçaram posições de médicos, professores, advogados, engenheiros, periodistas, escritores, alguns ocupando também funções políticas e administrativas no legislativo e no executivo. (p. 88).

No entanto o histórico processo de marginalização da população negra pós abolição não permitiu que a situação citada por Reis, pudesse ter consolidado uma outra ordem social na qual a população negra pudesse desempenhar suas potencialidades .

Essas questões históricas sobre a relações raciais no Brasil não está presente no currículo escolar. Ainda reafirma-se uma história baseada apenas no estudo da escravidão sem enfatizar as histórias de luta e resistência da população negra ao longo de séculos.

Segundo Munanga (1986)

³ Ver a esse respeito Souza (2014) "Cor e ascensão profissional: negros em cargos de comando".

A desvalorização do negro colonizado não se limitará apenas a esse racismo doutrinário, transparente, congelado em ideias, à primeira vista quase sem paixão. Além da teoria existe a prática, pois o colonialista é um homem de ação direta que tira partido da experiência. Vive-se o preconceito cotidianamente. Conjunto de condutas, de reflexos adquiridos desde a primeira infância, valorizado pela educação, incorporou-se o racismo colonial tão naturalmente aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que ele parece constituir uma das mais sólidas estruturas da personalidade colonialista” (p.20-21)

O quadro atual demonstra que:

Ao se compararem as rendas médias de negros e brancos, observa-se, conforme estimativa obtida por meio da PNAD de 2001, que um indivíduo branco brasileiro médio mora em um domicílio cuja renda mensal per capita é de R\$ 482, o que, apesar de não ser muito, corresponde a mais do que o dobro da renda de um indivíduo negro médio – renda per capita de apenas R\$ 205 por mês. Ressalte-se, ainda, que essa diferença se mantém estável ao do período 1995-1999” (IPEA. JACCOUD & BEGHINGO, 2002:27)

Tal processo de exclusão, que se dá desde o fim da escravidão no Brasil, manteve a população negra em sua grande maioria, marginalizada e impossibilitada de conseguir ascensão social. Promover, debater, discutir, colocar em evidência a questão étnico-racial no Brasil sempre foi um desafio tanto nas relações sociais, mas, principalmente nos espaços escolares. A negação do racismo e o mito da democracia racial contribuem para a dificuldade de consolidar e aplicar a Lei 10.639/2003 em toda rede de ensino no país.

Apesar da propalada miscigenação racial e da constatação dos censos demográficos da existência de 45% de negros (pretos e pardos) na composição da população brasileira, a discussão a respeito das origens africanas, da presença da cultura negra na conformação do país, da atualidade das condições de vida, saúde, educação e emprego dos afro-brasileiros ainda não é incorporada de maneira oficial e sistemática nos currículos escolares da educação básica e dos cursos superiores (GOMES, SILVA DE OLIVEIRA & CÂNDIDA DE SOUZA, 2010:62).

Espanta-me ainda a falta de compromisso de alguns profissionais, colegas de profissão, que negam a existência do racismo no Brasil, perpetuam práticas e ações discriminatórias com os estudantes negros, negligenciam intervenções que devem ser feitas quando de situações racistas e preconceituosas vindas de pais, estudantes e até do corpo docente da escola. “Comemorar” a abolição da escravidão no Brasil, o Dia da Consciência Negra, tratar estes temas como exóticos, trabalhar superficialmente a questão racial, não envolvendo pesquisa, trabalho prático com os estudantes, restringir a contribuição do negro apenas a culinária, a música e a dança, ainda é prática comum em grande parte das escolas do país.

Segundo Santos Souza (1983)

O mito é uma fala, um discurso – verbal ou visual – uma forma de comunicado sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. Mas o mito não é uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômico político-ideológicas e psíquicas (p.25).

A questão étnico-racial não se esgota, porque faz parte do cotidiano, está em todo lugar, em todos os momentos, em todas as situações. Discutir sem máscaras, sem hipocrisia, sem amarras, como o negro está inserido na sociedade brasileira é o caminho para o enfretamento do racismo e do preconceito racial.

A seguir trago algumas reflexões sobre as dificuldades para o trato da temática étnico-racial nas escolas e como tanto o mito da democracia racial como os impactos do racismo podem contribuir para a não efetivação da Lei 10639/03 no espaço escolar.

4- ELECANDO ALGUMAS DIFICULDADES DA ESCOLA NO TRATO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL

A minha participação no EPPIR ajudou-me a entender melhor as relações raciais no Brasil e me possibilitou fazer uma leitura crítica do cotidiano das duas escolas em que atuo. Pretendo portanto, a partir das minhas observações e no diálogo com alguns autores que tratam da temática racial, apontar algumas questões que dificultam a implementação da Lei 10.639/2003. Também apresentarei algumas possibilidades para a concretização de um projeto mais coletivo nas escolas em que atuo.

Em certa ocasião. ouvi de uma senhora no Dia da Consciência Negra, “porque não existe o Dia da Consciência Branca?” Questionava ela. Que considera tudo isso: “uma bobagem, os próprios pretos se discriminam”. Achar que deva existir o Dia da Consciência Branca é o mesmo que acreditar no mito da democracia racial no Brasil.

Segundo Santos Souza (1983)

O mito é uma fala, um discurso – verbal ou visual – uma forma de comunicado sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. Mas o mito não é uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da

ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômico político-ideológicas e psíquicas (p.25).

Esse tipo de pensamento também está presente na escola e é fruto da ignorância, da negação da existência do racismo, do não envolvimento com as questões étnico-raciais e de achar que os negros em sua grande maioria estão no lugar que deveriam estar, ou seja, nas favelas, nos presídios, nas profissões e atividades subalternas, nos sinais de trânsito pedindo esmola ou assaltando, nas periferias das grandes cidades, nas cracolândias, nas ruas desamparados, sem rumo e sem perspectiva de melhora.

Observo que esse imaginário sobre os negros contribui para um imobilismo da escola ante a necessidade de um currículo que respeite e valorize a diversidade étnico-racial.

Nós precisamos enfrentar o racismo e este enfrentamento só é possível com educação, com esclarecimento, com participação da sociedade sendo o espaço escolar um dos lugares mais adequados para se tratar e trabalhar a questão étnico-racial, desde a infância até a universidade.

A questão étnico-racial não se esgota, porque faz parte do cotidiano escolar, está em vários lugares em momentos e situações. Discutir sem máscaras, sem hipocrisia, sem amarras, como o negro está inserido na sociedade brasileira é o caminho para o enfrentamento do racismo e do preconceito racial.

Constatar que os negros sempre e ainda são oprimidos, discriminados, agredidos, violentados, excluídos e mostrar que tudo isso tem que mudar é o caminho para construirmos uma sociedade antirracista. Uma sociedade em que o negro seja valorizado, que sua contribuição para a construção do país foi e é muito importante, que sua história e suas raízes devam ser estudadas e preservadas, que com a consolidação das políticas afirmativas ele possa ascender socialmente e tornar-se cidadão. Tais questões devem fazer parte do currículo escolar.

Os próprios órgãos governamentais que se propõem em executar e efetivar uma legislação antirracista, apenas criam espaços em suas secretarias de educação vinculando às relações étnico-raciais as outras minorias. Em Contagem por exemplo foram organizados grupos de trabalho para Relações Étnicos Raciais e Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual. A

temáticas da diversidade ficam restritas a núcleos e encontram dificuldades para permearem todas as políticas educacionais e sociais.

Um dos desdobramentos de uma política pouco efetiva na promoção da igualdade racial é a escassez de recursos para esse fim. As escolas sofrem com essa escassez para investimento nos projetos, formação de professores, aquisição de material didático e pedagógico.

Avançamos um pouco na efetivação de políticas de promoção da igualdade racial, fruto da luta do Movimento Negro, que contribui para a adoção das ações afirmativas. Houve avanços, mas ainda falta muito para a consolidação de uma educação antirracista. E talvez tenha que ocorrer mais investimentos na formação inicial e continuada de professores, bem como no comprometimento da gestão escolar.

.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Numa sociedade multirracial, racista de hegemonia branca, o “a posteriori” mento em que o negro enfrenta peito-a-peito as condições concretas de opressão em que está imerso” (Santos Souza :1983, p. 37)

Constatar que os negros sempre e ainda são oprimidos, discriminados, agredidos, violentados, excluídos e mostrar que tudo isso tem que mudar é o caminho para não acabar com o racismo, porque sempre vai existir um indivíduo racista, mas sim construirmos uma sociedade antirracista. Uma sociedade em que o negro seja valorizado, que sua contribuição para a construção do país foi e é muito importante, que sua história e suas raízes devam ser estudadas e preservadas, que com a consolidação das políticas afirmativas ele possa ascender socialmente e tornar-se cidadão.

Espero viver efetivamente em uma democracia racial, em que uns não tenham privilégios sobre os outros, que as crianças negras tenham orgulho de serem negras, que tenham identidade negra e que ela não seja desconstruída por uma ideologia branca e racista.

Um longo caminho ainda deve ser percorrido e é nas instituições de ensino é que essa caminhada deve se iniciar. Uma política educacional que tenha como um dos seus eixos norteadores a consolidação da Lei 10.639/2003 em todos os níveis de ensino. Incluindo a formação de gestores, professores (as) e demais agentes da comunidade escolar.

Precisamos cobrar do MEC, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação para que a temática étnico-racial seja incluída em todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas. Não só a colocando no papel, mas buscando mecanismos para que ela seja efetivamente trabalhada, estudada e desenvolvida em todas as instituições de ensino do país. Somente assim construiremos uma sociedade antirracista e quem sabe o mito da democracia racial o deixe de ser.

“Estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio. O Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000. É nesse mesmo contexto que foi aprovado em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.”

Apresento abaixo algumas indicações de como pode-se incluir no currículo das escolas de educação básica a cultura e história afro-brasileira e africana.

*Formação de comissões no MEC, visando propor mudanças e revisões nos livros didáticos, adotados nas redes de ensino.

*Mudar a utilização do termo escravo para escravizado. Tratar da resistência e das lutas da população negra ao longo do tempo.

*A África hoje é descortinada e precisa deixar de ser estudada apenas pelos aspectos negativos como a pobreza e a fome.

- *Oferecer oportunidades de aperfeiçoamento (cursos, seminários, palestras), sobre a temática étnico-racial a todos profissionais que atuam nas escolas.
- *Ampliar a divulgação na Rede Municipal de Contagem, que esta disponibiliza vários títulos de referência da cultura africana e afro-brasileira para alunos e professores.
- *Consolidar na Rede Estadual a inclusão no currículo da questão étnico-racial no Ensinos Fundamental, Médio e na EJA.
- *O despertar de colegas para a temática deve partir da sensibilização daqueles que se interessam em desenvolver ações e práticas pedagógicas que possibilitem a inclusão da Lei 10.629/2003 no Projeto Político Pedagógico das escolas. Os profissionais que já obtiveram formações específicas, atuariam como coordenadores no desenvolvimento dos projetos específicos relacionados a questão étnico-racial.
- *Trabalhar coletivamente para que os projetos deixem de ser de uma pessoa ou pequeno grupo e seja de toda a escola.
- *Investimento na gestão escolar.
- *Apoio financeiro para a execução dos projetos.
- *Troca de experiências entre escolas, buscando envolver toda a rede de ensino.
- *A possibilidade do coletivo estudar e aplicar a temática em sala de aula, através da coordenação dos cursistas do EPPIR, que na escola em que atuo em Contagem são três profissionais. Estes já estariam qualificados para iniciar e aplicar os temas relacionados a Lei 10.639/2003.
- *A necessidade de ampliar o nosso olhar mesmo aqueles mais engajados e com formação sobre o tema. A educação brasileira ao longo dos anos, posso dizer nos tornou racistas – sociedade como um todo.
- *A necessidade de enegrecer-se para perceber as armadilhas do racismo, de se afirmar como negros e negras, bem como interrogar sobre a identidade racial de todos os docentes.
- *Trabalhar com os estudantes sobre o poder da mídia, que de certa forma amplia o racismo ao escalar os atores negros sempre em papéis secundários.
- *Salientar que as redes sociais possibilitam atualmente a perda do medo de algumas pessoas de demonstrarem que são racistas. Os ataques as personalidades de destaque como a Jornalista Maria Júlia Coutinho e a atriz Taís Araújo, são alguns exemplos. Esses fatos vão reforçando a identidade do negro e o engajamento na luta contra o racismo. Pessoas que tem maior visibilidade e influenciam, criando referências para as crianças na formação de sua identidade racial.

*Uso do cabelo natural, estimulando e promovendo ações para a afirmação das identidades presentes no espaço escolar. Não como modismo e sim como um processo de valorização e orgulho da identidade negra.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”. Nelson Mandela

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. *Imagens Quebradas. Trajetórias e tempos de alunos e mestres.* Petrópolis: Vozes, 2009. 5ª Edição.

BARBOSA, Lúcia M. A. et. al. **De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre as relações raciais no Brasil.** São Carlos: EdUFSCAR, 203.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. In, *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639/03.* Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC, 2005, p 39-62.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

REIS, João José. *Brasil 500 anos de povoamento. Presença negra: conflitos e encontros.* Rio de Janeiro: IBGE 2007.

SOUSA, Neusa Santos. **Tronar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 2ª Edição.

SOUZA. Andréa A. **Cor e ascensão profissional:** negros em cargos de comando. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

_____ **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade, etnia.** Niterói: EDUFF, 2000.